

Índice geral

Índice geral	i
Índice de figuras	v
Índice de quadros	vii
Principais abreviaturas e siglas utilizadas	ix
Introdução	xi

PARTE I – NOÇÕES GERAIS

1. A ciência das Finanças Públicas: aspectos metodológicos	3
1.1. As Finanças Públicas: conceito e natureza	3
1.2. O domínio das Finanças Públicas	7
1.2.1. Finanças Públicas e Finanças Privadas	7
1.2.2. Delimitação institucional	10
1.3. A incidência macroeconómica das Finanças Públicas	20
1.3.1. A grandeza do Sector Público Administrativo (SPA)	20
a. A Conta Consolidada do SPA	21
b. Os sistemas de contabilidade aplicáveis	24
c. Os indicadores de grandeza	28
1.3.2. Os saldos orçamentais	32
a. O saldo corrente	34
b. O saldo global	37
c. O saldo operacional	41
d. O saldo primário	42
e. O saldo estrutural	45
f. A expressão numérica dos diversos saldos	49
2. O sujeito das Finanças Públicas: origem e funções do Estado	51
2.1. Os factos: bosquejo histórico	53
2.2. A evolução das ideias: uma síntese	65
2.2.1. Os filósofos gregos	67
2.2.2. Os doutores da Igreja	70
2.2.3. O mercantilismo e o absolutismo político	72
2.2.4. A crítica ao mercantilismo e a fisiocracia	77
2.2.5. O liberalismo clássico	81
2.2.6. A Escola Materialista	89
2.2.7. A Escola Histórica Alemã e a crítica ao liberalismo	91
2.2.8. O intervencionismo keynesiano	97
2.2.9. As teses neo-liberais	102
a. As principais escolas teóricas	103

b. O Consenso de Washington	107
c. A Nova Gestão Pública	110
2.2.10. A síntese de Musgrave	112
2.2.11. Conclusão	114
3. As principais abordagens teóricas às Finanças Públicas	117
3.1. As Finanças Clássicas	117
3.1.1. Despesa Pública mínima	118
3.1.2. Orçamento equilibrado	120
3.1.3. Neutralidade socio-económica	123
3.2. As Finanças Modernas	124
PARTE II – TEORIA GERAL DO ORÇAMENTO	
4. O orçamento tradicional	135
4.1. Origem histórica	135
4.2. Conceito e natureza	140
4.2.1. A dimensão política	142
4.2.2. A dimensão económica	144
4.2.3. A dimensão jurídica	148
4.3. Os princípios e as regras orçamentais	154
4.3.1. Os princípios clássicos	155
a. Anualidade	155
b. Unidade	157
c. Universalidade	160
d. Não compensação	162
e. Não consignação	164
f. Especificação	165
g. Equilíbrio	167
4.3.2. Outros princípios e regras	172
a. Equidade intergeracional	172
b. Publicidade	174
c. Economia, eficiência e eficácia	176
d. Sustentabilidade das Finanças Públicas	178
4.4. O ciclo orçamental	181
4.4.1. A preparação do orçamento	182
a. O início do processo	182
b. A avaliação das despesas	186
c. A avaliação das receitas	188
d. A aprovação do orçamento	190
e. O conteúdo do orçamento	191
4.4.2. A execução do orçamento	194
a. Aspectos gerais	194
b. As alterações orçamentais	198
4.4.3. O controlo da execução do orçamento	200
4.4.4. A Conta Geral do Estado	203

5. A evolução do conceito de orçamento	207
5.1. O Orçamento-programa	209
5.2. O PPBS	212
5.3. O Orçamento Base-Zero	218
5.4. A Análise Custo-Benefício	222

PARTE III – A DIMENSÃO FINANCEIRA DA INTERVENÇÃO PÚBLICA

6. As despesas públicas	235
6.1. O conceito de despesa pública	235
6.2. A classificação das despesas públicas	238
6.2.1. Classificação orgânica	240
6.2.2. Classificação funcional	242
6.2.3. Classificação económica	245
6.3. O crescimento secular das despesas públicas	246
6.3.1. A quantificação do crescimento	247
6.3.2. As principais explicações teóricas	251
a. A Lei de Wagner	252
b. A Tese de Peacock-Wiseman	256
c. O Efeito de Baumol	258
d. As teses da Escola da <i>Public Choice</i>	263
i. O mercado político	263
ii. A Análise Económica da Burocracia	268
7. As receitas públicas	271
7.1. Conceito e estrutura	271
7.2. As receitas patrimoniais	276
7.2.1. O Património Público	276
7.2.2. Natureza e importância das receitas patrimoniais	282
7.3. As receitas fiscais	284
7.3.1. As diversas espécies: taxas, contribuições e impostos	284
7.3.2. Breve análise dos impostos	287
a. As principais categorias de impostos	287
i. Impostos directos ou indirectos	287
ii. Impostos reais ou pessoais	290
iii. Impostos sintéticos ou analíticos	292
iv. Impostos específicos ou <i>ad valorem</i>	293
v. Impostos sobre o rendimento, sobre a despesa ou sobre o património	294
vi. Impostos regressivos, proporcionais ou progressivos	297
α. A classificação	297
β. Introdução à controvérsia sobre a progressividade	299
7.3.3. O peso dos impostos	305
a. O Nível de Fiscalidade	305
i. O conceito e a sua quantificação	305
ii. A questão do limite: a Curva de Laffer	307
b. O Esforço Fiscal	313

c. O Encargo Excedente	316
7.4. As receitas creditícias	325
7.4.1. O recurso ao crédito e a tipologia dos empréstimos	325
a. Empréstimos internos e externos	326
b. Empréstimos perpétuos e temporários	326
c. Empréstimos forçados e voluntários	327
7.4.2. A dívida pública	327
a. Conceito e estrutura	327
i. Dívida interna e externa	331
ii. Dívida fundada e flutuante	331
iii. Dívida directa e garantida	332
iv. Dívida transaccionável e não transaccionável	332
b. A gestão da dívida pública	332
i. Amortização	334
ii. Conversão	335
iii. Outras operações sobre a dívida	336
iv. O incumprimento da dívida	337
c. O debate teórico sobre a dívida pública: uma introdução	340
d. A dívida pública e a equidade intergerações	350
e. O peso da dívida pública	358
f. A sustentabilidade da dívida pública	363
Bibliografia citada	369
Índice onomástico	401
Índice temático	411